

ATA
Nº 4/2018

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu-se a Assembleia de Freguesia de Vialonga, em Sessão Ordinária, no Salão Nobre da Junta, Freguesia de Vialonga, com a seguinte Ordem do Dia:

Período antes da Ordem do Dia

Ponto Um – Informação da actividade da Junta de um de Junho de dois mil e dezoito a trinta e um de Agosto de dois mil e dezoito

Ponto Dois – 2ª alteração ao Orçamento de Receitas e Despesas de dois mil e dezoito

Ponto Três – Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de dois mil e dezoito

Período depois da Ordem do dia reservado à intervenção do público

Foi apresentado, ao abrigo do Art.º 9º ponto 1, do Regimento da Assembleia de Freguesia de Vialonga o pedido de substituição por parte da bancada da CDU, a eleita Joana Aruil, substituída pelo eleito João Francisco Pacheco. Da bancada do PS, a eleita Ana Catarina Necho e a eleita Carina Correia, respectivamente substituídas pelos eleitos Pedro Fernandes e João Tremoço.

Foi assim constituída a Mesa da Assembleia: Presidente da Assembleia de Freguesia, Sr. Fábio Mousinho Pinto, o 1º Secretário Sr. Paulo Nogueira e a 2ª Secretária Sra. Helena Freitas.

Estiveram presentes os seguintes membros na bancada da CDU: Os eleitos, Paulo Basílio, Jorge Cipriano, Ângela Bordalo, João Francisco Pacheco. Na bancada do PS: Os eleitos, João Tremoço, Pedro Fernandes, Pedro do Canto e Bruno Cordeiro. Na bancada do CDS: A eleita Sra. Célia Duarte. Na bancada do Bloco de Esquerda: A Eleita Sra. Lina Batista.

Pela Junta de Freguesia estiveram presentes os seguintes membros do executivo: Presidente da Junta, Sr. José António Alves Gomes, a Secretária Sra. Leonor Alves, o Tesoureiro Sr. Paulo Antunes e o Vogal Sr. António Mateus.

Foi lida a correspondência pelo Sr. Paulo Nogueira, 1º Secretário da Mesa, mencionando vários convites por parte da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, para a inauguração de exposições e iniciativas culturais.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou a ata da Sessão da Assembleia de Freguesia do dia vinte e sete de junho de dois mil e dezoito à votação, a qual foi aprovada por maioria dos membros presentes, com dez votos a favor.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia, deu início à Sessão Ordinária, saudando os membros do executivo da Junta de Freguesia e os eleitos das bancadas da Assembleia e as pessoas presentes no público, informando ter recebido da bancada do CDS, na pessoa da sua representante, uma Moção, passando deste modo, a palavra à eleita Sra. Célia Duarte.

A eleita Sra. Célia Duarte, da bancada do CDS, iniciou a sua intervenção, apresentando os seus cumprimentos e leu uma Moção relativamente a Transportes Públicos em Vialonga.

Lida a Moção, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra às bancadas, iniciando a intervenção, o eleito Sr. João Francisco, da bancada da CDU, dizendo que não era a entrega dos transportes públicos a empresas privadas que estava em causa e tinham o exemplo recente da UBER, quanto aos táxis, tinham

sim, que defender os transportes públicos, que servissem a população e não era tão barato quanto isso, com dignidade e segurança. Disse circular havia cerca de dois meses, um autocarro de vinte lugares, no horário de ponta, com o dobro de passageiros, o qual parou a meio do percurso rodoviário, porque avariou devido à lotação de passageiros que trazia a mais. Por isso ter de defender a situação, quer dos transportes públicos, nomeadamente a Rodoviária de Lisboa que servia a Freguesia de Vialonga e que aos fins de semana estava mal servida de transportes. As pessoas que trabalhavam aos fins de semana estavam muito prejudicadas, com a ausência de transportes. Sabia das reuniões havidas pelo Movimento de Utentes dos Transportes, sobre outras carreiras, mas esta falta de transportes, aos fins de semana eram um assunto a insistir com a Rodoviária, pois se havia o compromisso com a obtenção e compra das assinaturas e títulos de transporte era para serem bem servidos com dignidade e segurança.

De seguida interveio o eleito, Sr. Pedro Fernandes da bancada do PS, dizendo que o assunto já tinha sido debatido por si, em anteriores sessões. Os transportes eram uma situação complicada em Vialonga, em termos de preços, horários e condições. Era inadmissível que os utentes pagassem um valor de Vialonga à Póvoa, igual à tarifa de Vialonga a Vila Franca de Xira. Era inadmissível que um horário de autocarro não coincidissem com o horário de um comboio. Apesar de já ter havido reuniões com as partes intervenientes, assistia que nada tinha sido feito. Sugeria que houvesse mais união e que houvesse uma solução, porque a falta de transportes era generalizada a todas as horas do dia, da semana e fins de semana.

O Sr. Presidente da Assembleia chamou a atenção dos eleitos para o fato de as intervenções terem de ser dirigidas no âmbito da Moção apresentada pela bancada do CDS.

Passou a palavra ao eleito Sr. Paulo Basílio, da bancada da CDU, que apresentou os seus cumprimentos e frisando o que já tinha sido dito pelos seus antecessores, acrescentou que era uma das situações cujo resultado estava à vista, que era o da prática e por muito que na Moção se dissesse que algo tinha de ser feito para o serviço público para uma boa utilização de um bem essencial, como era o da mobilidade, cada vez mais, estavam confrontados com os resultados daquilo que era mais uma privatização e era o que estava em cima da mesa. O que iria resultar em termos dos projetos directivos comunitários, pensava contudo, que não viria nada de melhor. O que estava frisado na Moção e bem, disse, era que, pelo menos a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira tinha de defender os seus munícipes, a fazer o seu peso institucional, para mais com um suporte, com o presente estudo do INE, em que afinal neste Concelho, as pessoas gostavam de utilizar os serviços de transporte e não apenas o seu transporte pessoal. Era um bem essencial para o país, para uma região e a prova, era que, infelizmente tem sido mais uma vez uma daquelas privatizações de insucesso. O que tinha dito em várias reuniões, em várias assembleias, era que era mais do mesmo, estavam a falar da prática em que resultaram as privatizações. Concordavam inteiramente com o teor da Moção apresentada, a Autarquia tinha feito o seu papel nas insistências várias com a Rodoviária e que o problema que se colocava, das carreiras e horários e preços dos bilhetes, para não ir mais além, era um escândalo. Fazer pressão, isso sim, disse, para fazer reverter estas privatizações, porque estava provado, que quando era só o lucro, que funcionava e era o objectivo máximo, não havia preocupação no bem estar das pessoas. Não decorrendo do contexto da Moção, mas se servisse para isso, também era bem vista, pela parte da bancada da CDU. Não queria mais empresas privadas, que recebam do orçamento de estado, que era o de todos, pois era o resultado dos impostos de todos, dinheiro que depois geriam como bem entendiam, não na prestação de serviços, mas nos seus dividendos e dos seus lucros. Era necessário investir em infraestruturas, desde trabalhadores competentes, criação de acesso pelo gratuito, se possível, minimamente satisfatório, em termos de horários, frequência de carreiras e comunidade dos transportes. A Moção embora não fosse tão longe quanto gostariam, como principio, tinha a sua concordância e que servisse de um início, para que, junto da Câmara Municipal e seu executivo, nas reuniões previstas, levasse o sentir do que era a Assembleia de Freguesia de Vialonga, porque não havia de ser a única no Concelho, a sofrer com estas consequências.

Intervenção de seguida o eleito, Sr. Pedro do Canto, da bancada do PS, que apresentou os seus cumprimentos, não intervinha em relação ao conteúdo mas acima de tudo, em relação à forma. Para que pudessem entender o documento, como uma Moção, teria de ter trazido alguma coisa a esta Assembleia, para ser decidido e a verdade, disse, era que não trazia. Mantinha a mesma preocupação, em relação a esta matéria, que eram os transportes, porque o acompanhavam, mas de fato quanto a este documento, pensavam que teria de ser revertido numa declaração política, dado que o documento em si, não trazia nada, no seu final, em alguma proposta, para que pudesse ser votado.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra à eleita Sra. Lina Batista, da bancada do Bloco de Esquerda, que cumprimentou todos os presentes e disse ser também uma utente da Rodoviária, confirmando o estado lastimável em que se encontrava toda a sua frota, para além dos custos e horários. Convidava qualquer eleito a viajar na carreira 353, 354, cujos efeitos de cansaço se manifestavam antes mesmo de começar a trabalhar. Disse terem de arranjar uma solução, para além de achar os culpados, pois o assunto levantado pela bancada do CDS era muito válido, não sabia até que ponto não podia ser uma forma paralela de ajudar Vialonga, uma ideia a crescer. Os custos eram muito elevados e todos os dias vivia a presente realidade, pois trabalhava em Lisboa e sentia na pele a degradação dos transportes, da forma como os próprios motoristas, desmotivados, lidavam com os utentes. Em conversações com o Sr. Presidente da Junta, já tinha manifestado a sua preocupação e quanto à Autarquia, seria em Assembleia que teriam mesmo que acompanhar o assunto.

Intervenção de seguida a eleita, Sra. Eleita Célia Duarte, da bancada do CDS, que disse estar a falar de transportes públicos, por estarem mal servidos e era este serviço, que teria de melhorar. A Moção representava a preocupação do que se estava a passar, com os transportes públicos em Vialonga, não só num futuro próximo, mas também a médio e a longo prazo. Para quem se deslocava para fora do Concelho, os dois Concelhos para onde se dirigiam as pessoas era Lisboa e Loures, Concelhos estes que já estavam a tratar deste assunto. Lisboa com a construção de duas novas estações de metro, Estrela e Santos, com seguimento até ao Cais do Sodré, iria tornar a linha verde numa linha circular, até dois mil e vinte e um, no máximo prontas até dois mil e vinte e dois. A linha amarela passaria de Odivelas a Telheiras com transfer em Campo Grande, para a linha verde. A acumulação de passageiros nesta estação, iria ser mais um constrangimento para quem chegava até aí, através de rodoviárias, como era o caso dos passageiros de Vialonga. Em relação a Loures, tinha como objectivo, a construção de um grande interface de transportes e pretendia o Metro a chegar ao Concelho, até dois mil e trinta. Disse que, em relação a Vialonga, não podiam deixar andar, teria de apontar o futuro e o futuro desenvolvimento para a Freguesia de Vialonga. Por isso acharem, fazer chegar as suas preocupações a quem iria decidir. Relativamente à questão levantada, pelo eleito Pedro do Canto, da bancada do PS, disse que a presente Moção trazia a sua preocupação e era um alerta, considerando ser uma Moção e trazia a proposta do BUS rápido.

Intervenção o eleito, Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, que cumprimentou todos os presentes, dizendo que queria esclarecer a situação e estava de acordo com o teor da Moção, mas a verdade, disse, era que do ponto de vista formal, havia a intenção de alertar e sensibilizar, para o presente problema, mas mesmo no parágrafo em que falava de um BUS rápido, seria um bom transporte economicamente sustentável, mobilidade suave, amigo do ambiente. Disse ser um modelo de transporte público, que seria bom para a Freguesia de Vialonga, mas era numa lógica, mais uma sugestão, não uma proposta concreta. Por outro lado, fazendo uma análise à Moção, havia um papel que era de sensibilização, que achava, que deveria ser feito, mas se calhar, tendo em conta a redacção, das duas uma, ou era alterar de forma a verter o documento em propostas concretas, ou transformar o documento numa declaração política. Tendo em conta o alerta e a sensibilização, que era feita, surtiria mais efeito, enquanto declaração, do que Moção.

O Sr. Presidente da Assembleia disse deixar à consideração da Assembleia de Freguesia, a votação do documento como Moção, a qual foi aprovada por maioria com quatro abstenções.

Interveio o eleito, Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, disse querer fazer uma declaração de voto e mais uma vez reiterar da parte da bancada do PS que nada tinham contra o que estava expresso no documento, a única questão e por isso se tinham absterido, era porque consideravam que, em relação ao texto apresentado, era uma declaração política e não uma Moção.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Sr. Pedro do Canto, da bancada do PS, que disse pedir alguma benevolência, nas intervenções, que iriam fazer. A primeira questão tinha a ver com dois requerimentos, que tinham enviado à Junta de Freguesia e queriam fazer viva nota das respostas que tinham recebido. A primeira questão, tinha a ver com a Associação Ilustra, ponto que tinha sido apresentado, discutido e votado na última Assembleia de Freguesia, sessão ordinária. Queriam reiterar, se os estatutos dessa mesma Associação tivessem sido remetidos, aquando da votação do ponto, provavelmente essa votação teria sido diferente e queria acompanhar o que estava em Ata, quando o eleito Sr. Jorge Cipriano, referia que era importante, que os pontos viessem devidamente acompanhados de documentação de suporte. No entanto, em relação ao seu requerimento, a resposta do Sr. Presidente da Junta, referiu algo, que tinha de fazer aqui alusão. Dizendo que não fazia sentido, que um protocolo fosse celebrado antes da aprovação de cedência de espaço. Achava ser, completamente ao contrário. Antes da cedência de espaço era mesmo necessário haver um protocolo e relembrou o que tinha no seu requerimento, em que fazia alusão àquilo que eram as competências da própria Assembleia de Freguesia, passando a ler de forma muito breve, o que se referia, a esta matéria. Seria fundamental, disse, que a prática fosse, a partir de agora e referiu fatos passados, com outras instituições, como o ABEIV, o Grupo Motard 300 e agora a Ilustra, onde tal não aconteceu, que a Junta de Freguesia, dissesse que protocolo tinha celebrado, como é que ia colaborar com essas instituições e que dissesse o porquê, da cedência do espaço, que este aspeto fosse salvaguardado. Seria muito importante, disse, saber de fato o que estavam a aprovar. Quanto à Ilustra, estava devidamente organizada, tinha de fato colaborado com a Autarquia como se via, na exposição, no Salão Nobre.

Em relação ao requerimento número dois, tinha a ver com algo que tinham vindo a falar, sobre as Festas de Vialonga e com o pedido que tinham feito de documentos, sobre as Festas de Vialonga, nomeadamente: Caderno de Encargos, sobre a adjudicação dos serviços das festas – problemas com o código de contratação pública – no Caderno de Encargos, não existia quais as obrigações e responsabilidades das partes, quando devia estar claro para todos, o que cada um devia fazer e não deixar isso ao critério do prestador de serviços. De quem era a obrigação por exemplo, a responsabilidade dos almoços, que eram servidos aos artistas da festa. Se haveria necessidade de pagar os direitos de autor à SPA, se cabe à autarquia, ou ao prestador de serviços – licença de espectáculos à direcção Geral das Actividades Culturais, deveria ficar bem claro. Outra das questões que achava muito mais grave, era que não tinha a indicação do preço base, no Caderno de Encargos, no qual iria ser feita a adjudicação de um determinado serviço, não constando esta situação, parecia que era o prestador de serviços, a propor o valor base, pelo qual o serviço iria ser adjudicado, pela Junta de Freguesia. Se houvesse um incumprimento do contrato, quais as sanções previstas que iriam ser aplicadas ao prestador de serviços, no código de contratação públicos, tinha de estar definido as sanções e as penalidades, para o qual o prestador de serviços, se ficasse em incumprimento, o que teria então de fazer. O Caderno de Encargos era extremamente insuficiente, disse, se levasse de uma forma muito legalista, não estava a cumprir a legislação em vigor. O documento teria de ser revisto, pois estava numa situação de incumprimento, sendo grave. Outra situação, era a apresentação das propostas e percebeu-se que a Junta de Freguesia aceitou aquela que era a proposta mais baixa. Estranho, disse. Era que lhe parecia que as duas propostas que não tinham sido aceites, tinham os valores mais altos tivessem a coincidência de apresentar o mesmo programa, o que para si, era estranho. Percebia que era uma adjudicação por ajusto direto, que o executivo definia, que iria adjudicar e até parecia que o prestador de serviços, tinha mais informação, que era a da própria Junta, pois sabia exactamente o preço, as datas das festividades e um conjunto de outros

pormenores, que não estavam no Caderno de Encargos que tinha sido feita pela Junta de Freguesia. Havia um incumprimento claro daquilo que era a legislação em vigor, no código de contratação pública, pelo que solicitou que a bem da transparência, fosse corrigido.

Falando dos valores previstos nesses documentos, perto de quarenta e nove mil euros, não estando aqui incluído a questão das licenças referidas da SPA – a segurança do espaço – refeições dos artistas – vindo confirmar aquilo que andava à volta dos vinte e cinco mil euros, não correspondia à realidade. Reiterava que estava a falar de valores do dobro desse montante. Não pretendiam o fim de quaisquer festividades mas gostariam que esses processos fossem diferentes e se calhar fossem revistos estes valores, nesse mesmo documento e era curioso que, o executivo tivesse enviado também aquilo que tinha sido o apoio ao movimento associativo, do ano de dois mil e dezassete e esses apoios tinham-no deixado admirado, pois entidades como a ABEIV e a Casa do Povo, não tinham tido qualquer apoio, o que estranhava. No mandato anterior, tinham tido a oportunidade de aprovar um regulamento de apoio ao Movimento Associativo de Vialonga e solicitaram depois, que fosse dado conhecimento à Assembleia de quais eram os critérios de apoio, às Associações e não podiam estranhar, quando tinham associações que eram apoiadas, mas estranhava, quando outras associações, como a Associação Projeto Jovem, a Avavila, DJunta-Mó, Clube 300, o COV, o JAV e os Patuscos e outros que não tinham sido apoiados. Colocou a questão ao Sr. Presidente da Junta e quis saber o porquê, da não atribuição a estas associações, porque deveria haver um critério que subjazia a esse apoio. Porquê, consignar umas e não outras, queria ser esclarecido quanto ao critério desse apoio, pela Junta de Freguesia.

Queria fazer uma congratulação à requalificação da Escola EB 1 N.º1, achou que tinha sido um momento importante e mais um marco, naquilo que tinha sido o investimento da Câmara Municipal, na Freguesia de Vialonga e que andou acima dos seiscentos e cinquenta mil euros. Esperava com muita expectativa a construção da nova escola EB 23, até porque os valores de apoio à educação, no Concelho de Vila Franca de Xira, estavam acima dos quatro milhões e meio de euros, portanto um apoio muito significativo e deixavam os votos de um bom ano lectivo, a toda a comunidade escolar. O último ponto a referir, tinha a ver com o estacionamento da Rua Maria Barradas e na ligação à Rua 28 de Setembro, tendo-se assistido nos últimos tempos, a um caos, no estacionamento naquela zona, com a agravante de que, se um camião quisesse passar em certas horas, não consegue, pois não tinha espaço para manobras. Havia falta de zonas marcadas, pediu reflexão e atenção por parte da Junta de Freguesia, na solução desta situação.

Interveio de seguida o eleito Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, dizendo continuar, no que o seu colega de bancada, Sr. Pedro do Canto, se estava a referir, para reportar duas situações de mobilidade e de segurança, com que se circulava, nos passeios da Freguesia e reportava um problema, que era grave, que ocorria na rotunda do Cabo de Vialonga e se prolongava pela Rua 1.º de Maio. Tendo falado em anteriores sessões da Assembleia, da acessibilidade e da mobilidade, este era um problema e tinha tido queixas de pessoas com deficiência, que circulavam por esta via, sendo impossível poder transitar na referida Rua com a existência de passeios de difícil circulação, para quem tinha mobilidade reduzida, ou em cadeira de rodas. Os passeios com dimensão diminuta, que não permitia o cruzamento de duas pessoas, no mesmo passeio, porque havia um estreitamento da via e fazia com que, tanto de um lado, como do outro, colocassem em perigo, a segurança das pessoas, que circulavam na Rua 1.º Maio, causando situações de quase atropelamento de peões na via. Continuando nesta via até à zona da rotunda, existia um problema grave de circulação pedonal, porque na zona de atravessamento da Rua 1.º Maio, do Beco Casal do Mau ou de outras vias de circulação, os espaços de atravessamento eram poucos, porque se de um lado, era mais fácil circular, do outro era completamente impossível, no lado da Variante não existia qualquer passadeira para atravessamento. O que se propunha era que, houvesse a possibilidade de haver uma passadeira nesse local. Havia muita gente que, por uma questão de proximidade, acabava por utilizar e atravessar a Variante, colocando em causa, a sua segurança.

Também recomendava que, por haver excesso de velocidade dos carros que circulavam nestas vias, pedia que fossem colocadas lombas, tanto no final da Variante de acesso à rotunda, tanto da Estrada da Alfarrobeira, que também circulavam com grande velocidade, causando um maior índice de sinistralidade. Do ponto de vista dos peões, era um problema grave, colocando em risco a própria vida das pessoas, que faziam esse atravessamento. O que a bancada do PS propunha, era que, houvesse um olhar mais atento, a estes problemas, que podiam ser replicados, quer pelo tamanho diminuto dos passeios, quer pela própria segurança rodoviária. Problema que podia ser também transposto para a Rua Prof. Egas Moniz. Havia um trabalho que tinha de ser feito, quer de implementação de medidas, que trouxesse uma maior segurança à circulação rodoviária, nomeadamente através da colocação de lombas, quer através da colocação de mais passadeiras, para atravessamento dos peões, situações que reportava por serem graves.

Quanto às intervenções que tinham sido feitas nos pavimentos, que era da responsabilidade da Câmara Municipal, quer na manutenção e reparação e reabilitação da própria Variante, nomeou uma série de investimentos, que tinham sido concretizados, no corrente ano e que eram intervenções, com algum significado, nomeadamente, a reabilitação e pavimentação da Variante de Vialonga, a rotunda de Alpriate e a rotunda da Estrada Nacional 115, as recargas e pavimentos feitas em alguns pontos da Freguesia, a reparação e manutenção de semáforos, a instalação de um sistema, para deteção de velocidade, na instalação semaforica na Estrada da Alfarrobeira, em Vialonga e a sinalética vertical, no total de cento e sessenta e quatro mil oitocentos e quarenta e nove euros. Era importante referir, disse, a manutenção e limpeza de linhas de água, que totalizaram um valor de seiscentos e setenta e cinco mil euros.

Apresentava três congratulações, em relação à Escola EB 23 de Vialonga, em que o projecto de arquitetura estava a ser desenvolvido, pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, processo a decorrer no âmbito dos processos de contratação pública. O procedimento para concretização da instalação do Centro de Saúde de Vialonga, nas instalações do Ninho de Empresas, a ser concretizado no próximo ano, no investimento total de cerca de setecentos mil euros. Por último, mencionou as actividades culturais em Vialonga, com o apoio da Câmara Municipal, concertos, actividades com crianças, criando um dinamismo a nível cultural, na Freguesia de Vialonga.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra à eleita, Sra. Célia Duarte, da bancada do CDS, que disse trazer duas questões ao Sr. Presidente da Junta, que aliás, já os tinha colocado anteriormente e pretendia saber a situação mais concreta, sobre as passadeiras e lombas na Rua Otávio Pato, na Quinta da Flamenga, Rua Prof. Egas Moniz, a questão das lombas e da sinalização frente à zona do Santander Totta. Perguntou qual o fim, que seria dado ao Quiosque da Rua 28 de Setembro e apresentando uma queixa de uma moradora, na Rua 25 de Abril, questionou o Sr. Presidente da Junta, sobre o que se poderia fazer em relação a uma árvore, que estava enorme e quase a entrar pela janela da sua habitação.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Sr. Paulo Basílio, da bancada da CDU, que disse querer reforçar apenas os assuntos já mencionados, da mobilidade e da acessibilidade e lembrava ao Sr. Presidente, que embora houvesse já algum desenvolvimento, por parte da Câmara Municipal e executivo, não chegavam as respostas. Disse haver alguns eixos importantes na Freguesia, que eram autênticos perigos, nomeadamente a Estrada da Alfarrobeira, frequentada por centenas de pessoas, também muitas delas a pé, das zonas industriais, sem passeios, com muita circulação de camiões e questionava, como era possível circular a pé, neste troço de estrada. Nas mesmas circunstâncias e também frequentada por centenas de pessoas, incluindo crianças, que era a estrada para a Póvoa, por baixo da A1 e achava que a Câmara Municipal tinha de se empenhar, porque era mais um ponto perigoso, de circulação. Relembrou a Variante e já que ia sofrer obras de remodelação e era importante que fosse acertado com o executivo camarário, para que o novo projecto fosse mais articulado, em toda a sua extensão, não só a Variante, mas todas as vias de acesso, que também já tinha sido falado, sobre a Variante, fosse a nível de lombas, fosse a nível de passadeiras, fosse a nível de medidas de segurança, em termos de circulação. Após três

meses de intervenção, sobre o assunto, esperava que a rotunda junto ao Pingo Doce tivesse outro aspeto, já lá ia dois anos, sem responsáveis. Chamava a atenção do Sr. Presidente, para que, quando houvesse sessão da Assembleia ou sessão da Câmara Municipal, perguntasse ao Sr. Presidente da Câmara o que estava previsto, para a Praça da Liberdade, dado que continuava pacientemente, a aguardar a solução deste problema.

O Sr. Presidente da Assembleia passou à intervenção do público, não havendo muitas presenças, não houve intervenções, passando a palavra de novo às bancadas, dando a palavra ao eleito, Sr. Jorge Cipriano, da bancada da CDU, que apresentou os seus cumprimentos, para falar da acessibilidade, mobilidade e segurança na Freguesia. Dizendo que era bom que fosse só, o que já tinha sido apresentado, na presente sessão, mas a Freguesia estava cheia de situações, por resolver e achava ser necessário o assunto da acessibilidade e mobilidade ser tratado, por uma comissão específica. Quando falavam de um impedimento de um passeio, falava também de Alpriate, pois pouco faltava para haver um poste no meio da estrada e uma casa sem saída, com dois degraus, metidos na estrada. Também na Verdelha do Ruivo existiam situações graves de segurança, para as pessoas, que ali passavam, referia ainda a Boca da Lapa e a Granja. Se estivessem a pensar só em casos isolados, não iria resolver nada, havia que pensar e ir mais longe e arranjar uma comissão, que em conformidade, resolvesse aquilo que era a mobilidade e acessibilidade e a segurança.

O Sr. Presidente da Assembleia lembrou que já estava prevista essa Comissão no Regimento da Assembleia de Freguesia, bastava criar as diligências, para se começar a tratar de reunir as Comissões, queria deixar esta nota a todos os eleitos.

Intervieio de seguida a eleita, Sra. Lina Batista, da bancada do Bloco de Esquerda, referindo a falta de limpeza em Vialonga, com ruas muito sujas, devido também à falta de cidadania, por parte das pessoas pois em todo o lado, se tropeçava em dejectos de animais. Que ficasse escrito, esta sua preocupação porque a situação tinha vindo a piorar. Queria falar e falaria deste assunto, pela primeira vez, em Assembleia de Freguesia, já o tinha colocado ao Sr. Presidente de Junta, que era sobre o Casal dos Estanques, dizendo que tinha sido feita uma queixa, por parte do Bloco de Esquerda, junto da Câmara Municipal, tinha conseguido entretanto, que fosse feita uma vistoria ao Casal dos Estanques, em junho, com a Delegada de saúde, pois havia uma praga enorme de baratas e carraças. Gostaria de pedir a posição do Sr. Presidente da Junta, sobre esta situação, pois tinha lá estado, constatando que havia cerca de sessenta famílias, a viver em condições deploráveis, pois presenciou, preocupando-a, não só aquelas pessoas, como todos os residentes na Freguesia de Vialonga, pois uma epidemia destas, podia afetar toda a população. Tinha havido por parte da vereação do Bloco de Esquerda, na Câmara Municipal, uma abordagem ao Presidente da Câmara, onde lhe foi dada a hipótese de algumas destas famílias serem abrigadas, em casas devolutas e algumas destas famílias, que estiveram com a vereação, estavam dispostas e comprometeram-se, se fossem abrigadas nestas habitações, a estimarem as casas. Estava muito preocupada, não só pelas famílias que lá estavam, mas com todas as pessoas envolventes no local. Estava cheio de lixo e agora não tanto, porque tinha sido ordenada, pela Câmara Municipal, proceder a uma limpeza no local. Iria continuar e tinha conhecimento, se fosse fácil, já estaria resolvido, sabia do assunto, pedia a ajuda, a intervenção do Sr. Presidente da Junta e que em Assembleia Municipal, tentasse sensibilizar o Presidente, da miséria que existia ali, às portas de Vialonga, pois estava no século vinte e um e não podiam admitir tal situação. Sabia que iria ser criada uma comissão de cariz social, era um assunto que a preocupava, por haver crianças de colo, que não tinham culpa de nascer naquele ambiente, teriam de pensar nos direitos das pessoas, crianças e animais, que nascem e vivem naquela situação. Gostava de poder contar com o apoio do Sr. Presidente da Junta.

Intervieio o eleito, Sr. João Francisco, da bancada da CDU, para falar de duas questões, que tinha a ver mais com a Câmara Municipal, do que a Junta de Freguesia, nomeadamente a pavimentação da Rua 28 de

Setembro, havia cerca de dois anos, pela Câmara Municipal, mais concretamente na Rua José Saramago, junto ao antigo Lavagante Azul, existia um passeio com pedras muito soltas, causando algum perigo à circulação das pessoas. Sobre a Variante, lembrou que tinha sido feita uma passadeira, na rotunda de Alpriate e disse que era preciso mais passadeiras na Variante e uma delas, era na rotunda, que ligava o Quintanilho à Granja, sendo difícil o seu atravessamento, devido à velocidade dos carros, na Estrada 115. Havia uma quota parte da responsabilidade da Câmara Municipal, porque havia parte de um passeio por construir e agora, com a repavimentação e requalificação da Variante, se pudesse concluir este passeio bem como outra passadeira na Variante, da parte que ligava a Variante à estrada para Santa Iria, dado que existia uma grande circulação de pessoas, a pé, nomeadamente crianças, que iam ali apanhar o autocarro para Alverca, que nem sequer este ia à Granja e havia muita gente a deslocar-se a pé da Granja para vir apanhar o autocarro para Alverca, nesta paragem. A Câmara Municipal devia ter em conta esta situação, na rotunda e já tinha havido ali alguns acidentes. Se havia solução, até à data, a Câmara Municipal ainda não tinha resolvido.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito, Sr. Pedro Fernandes, da bancada do PS, para dizer que várias questões já tinham sido tratadas, mas falava da questão da epidemia de baratas, chamadas “baratas americanas” e a situação das viaturas abandonadas, na via pública, cuja situação já tinha vindo publicada, no Mirante e perguntava, o que já tinha sido feito. Dizia ainda que, em Vialonga, se ia do oito ao oitenta. Havia passeios com nove metros. Gostava de saber em que ponto da situação, estava o assunto já apresentado, acerca do estacionamento da Quinta da Gaia, da Quinta da Flamenga, em que os passeios eram enormes e dava para fazer parques de estacionamento. Disse não haver lógica que houvesse passeios com nove metros, que só serviam para meter os carros em cima deles. Relativamente à estrada do Túnel, também falado pelo eleito Sr. Paulo Basílio, da bancada da CDU, tinha os terrenos envolventes e que não se conseguia fazer os passeios porque a Câmara Municipal não conseguia chegar a acordo, com os proprietários dos terrenos, mas pelo menos que, estes fizessem a limpeza dos seus terrenos, pois quem dizia estes, dizia também ao longo da Variante, pois estava tudo ao abandono.

Relativamente às feiras e mercados, perguntava ao Sr. Presidente da Junta, o que estaria a pensar para dinamizar os locais, já que tinham passado para a competência das Juntas. Um caso mais difícil e solicitava a ajuda do Sr. Presidente da Junta, no assunto, que eram as obras na Escola, que iriam começar para o próximo ano, mas enquanto estas não começavam, crianças com nove, dez, onze anos, iam para o pavilhão ou para a música, no Centro Comunitário, sós e a pé. Na primeira semana tinham ido com um professor, agora iam em grupos de três e quatro crianças, sozinhas. Quando chegasse as chuvas, se houvesse acidentes ou animais abandonados que se atiram às crianças, como era, perguntou.

Interveio o eleito, Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS que disse rever-se na situação apresentada pelo eleito Sr. Jorge Cipriano, no entanto havia um pequeno detalhe, era que a bancada do PS, concordava que houvesse do ponto de vista da mobilidade, condições de acessibilidade e segurança na circulação, quer rodoviária, quer pedonal, na freguesia, fossem melhoradas no seu todo. Agora para a sua bancada, era inadmissível, que a bancada da CDU, tentasse fazer um reparo à bancada do PS, sobre os assuntos que seleccionava, para trazer à Assembleia de Freguesia.

O eleito Sr. Jorge Cipriano, da bancada da DU, interveio para afirmar que não era essa a intenção.

O eleito Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, afirmou que tinha sido isso, que pareceu, mas lembrava que todos eles tinham prestado um juramento à população, juramento esse, que havia e concertado com as suas bancadas, na sua liberdade e na sua consciência, para apresentar os assuntos, que considerava pertinentes, numa sessão da Assembleia de Freguesia. Como tal esse tipo de sugestão e acreditava que não fosse essa a intenção, apesar de ter sido isso que tinha transparecido, não podia ser inadmissível pois

todos eles eram livres, de levar à coacção, todos os assuntos que achavam pertinentes, para a vida e para o desenvolvimento da Freguesia.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Sr. João Francisco, da bancada da CDU, para dizer que tinha falado com o Sr. Presidente da Câmara, sobre a existência de carros abandonados, concretamente no Morgado junto à ribeira da Fábrica dos Perfumes, havia cerca de um ano, perguntava ao Sr. Presidente da Junta, não sabendo de quem era o proprietário, de quem era a responsabilidade da recolha de viaturas abandonadas na via pública.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao eleito Sr. Jorge Cipriano, da bancada da CDU, que disse querer fazer só um reparo, que não era da sua índole, fazer qualquer tipo de intervenção direta, sem o dizer, quando tivesse de a fazer sobre qualquer situação, faria e diria directamente. Apenas quis alertar, pois havia mais situações e não tinha sido no sentido depreciativo, que a situação tinha sido apresentada, queria que ficasse claro, que a sua intervenção, não tinha tido sequer esse cariz, nem costumava. Quando assim fosse, diria.

O Sr. Presidente da Assembleia tornou a passar à intervenção do público, que entretanto chegou à sala, perguntando ao público presente, se queria intervir, tendo pedido para intervir o Sr. António Costa Santos que manifestou o desagrado pelo serviço prestado, pela rodoviária de Lisboa, cujos autocarros da circulação Póvoa-Vialonga e para quem vinha de Lisboa-Póvoa ou Alverca-Póvoa e mudava para as carreiras, que fazia o percurso Póvoa-Vialonga, era mudar do céu para o inferno. Sabia não ser da competência direta do Presidente da Junta, mas queria fazer um pressing e que interviesse nas reuniões para o efeito de modo a pressionar, a quem de direito. Já tinha exposto o assunto a seguir, noutros mandatos, mas insistia na ideia de que, deveria ser autorizada a venda ambulante, de frutas e legumes, no mercado levante de Vialonga. Todos os mercados, de que dava exemplos, Póvoa, Alhandra, São João da Talha, funcionavam. Sabia de um compromisso assumido com os vendedores, que vendiam na praça, teriam contratos e a concorrência não estaria posta em causa.

De seguida deu a palavra ao Sr. Aventino Pinheiro, residente na Fonte do Vale, para falar da questão do fogo ocorrido no dia anterior, junto ao cemitério, existindo pinheiros com fios eléctricos a passar no seu interior. Disse ter alertado a EDP, através de email, que respondeu rapidamente, mas a situação continuava na mesma. O vento teria direccionado favoravelmente o fogo, de modo a ter evitado que o pinheiro em causa ardesse e com ele os fios de electricidade, que cairiam por cima dos carros, ali estacionados. Prestou-se, se fosse preciso, a contactar o proprietário do terreno, de modo a que este procedesse à limpeza dos pinheiros, com dimensões enormes. O mesmo estava a acontecer no lote de gaveto, propriedade da Câmara Municipal, que também não estava limpo e os fios da EDP passavam também no seu interior. Sugeriu e pediu que fosse tratado o mais rápido possível.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta, para as respostas devidas, tendo dito o Sr. Presidente da Junta, que em relação à Rodoviária de Lisboa, iria fazer chegar a sua preocupação e posição face ao assunto, reconhecendo os fatos. Recentemente, em reuniões tidas com a Rodoviária Lisboa, informaram que iriam adquirir uma série de autocarros, em 2ª mão, à Alemanha, embora todos soubessem as condições deploráveis em que os mesmos se encontravam, mas era assim que a empresa funcionava, comprando sucata à Alemanha, dando uma reparação e pintura e circulavam desta forma.

A venda de frutos e legumes, no mercado ambulante, iria causar algum problema com os vendedores, quatro ou cinco, que vendiam na praça, pois estes já se queixavam que a população não ia à praça, se viessem feirantes de outros lugares, vender frutas e legumes, para o mercado levante da Freguesia de Vialonga, seria decerto, a morte dos vendedores da praça, mas iria analisar essa possibilidade.

A partir de julho do corrente ano, a poda das árvores era feita pela Junta de Freguesia, mas a Câmara Municipal, entendeu que as Juntas de Freguesia não tinham qualidade técnica, para fazer podas, de modo que estas teriam de ser feitas por empresas, com pessoas credenciadas, para o assunto, puxando a si, essa tarefa. Sabia que, em alguns casos a EDP tinha ido ao local e cortou os pinheiros, nessas condições, tal como aconteceu depois de ter comunicado à EDP, a caminho de Santa Eulália, mesmo em terrenos privados e dado que a colocação dos cabos era do interesse da EDP, foi a empresa que os cortou, falando com os proprietários, mas suportando os custos, do corte das árvores, porque o interesse da passagem dos cabos era da EDP.

Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia passou ao Sr. Presidente da Junta, para as respostas às questões apresentadas pelas bancadas, dizendo que, relativamente as Festas de Vialonga, colocado pelo eleito Sr. Pedro do Canto, da bancada do PS, disse analisar com os serviços as anomalias que o eleito referiu. Em relação ao leque de artistas, disse ser a Junta de Freguesia, que escolhia, porque se pretendia que alguns artistas da terra participassem nas mesmas, como aconteceu no presente ano. Era a Junta de Freguesia que propunha às empresas os artistas pretendidos, dentro de um valor suportável e sobre esta proposta, as empresas fariam os seus preços.

Sobre as candidaturas do Movimento Associativo, disse que no próprio regulamento do apoio ao Movimento Associativo, todas as Associações teriam de apresentar, até à data mencionada no mesmo, para apresentar as suas candidaturas aos subsídios de apoio, senão os apresentassem e no regulamento até tinha sido proposta a alteração da data pelos eleitos da bancada do PS, para facilitar a entrega das candidaturas. As associações que nada recebiam, eram aquelas que não se candidatavam a nada. Outras associações, que demonstrassem ter problemas com as Finanças ou Segurança Social, não podiam ser apoiadas com essa comparticipação, quando lhes era solicitada a declaração de não dívida.

Relativamente ao assunto referente aos passeios, solicitou que o eleito Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, enviasse num email, para si, a relação dos passeios que deviam ser construídos, estava a cem por cento de acordo, com o eleito. Perguntou ao Sr. Bruno Cordeiro, se ele sabia do grande investimento que a Câmara Municipal tinha feito, na Póvoa de Santa Iria, na recuperação de mobilidade, porque isso competia à Câmara Municipal e não à Junta de Freguesia. Se o eleito lesse a descentralização de competências, o mesmo dizia que competia à Junta de Freguesia, reparar passeios. Referiu que ainda havia pouco tempo, os moradores do Casal do Freixo se deslocaram à Junta de Freguesia, para apresentar uma reclamação, porque a Câmara Municipal tinha andado a fazer passeios em toda a urbanização e não tinha feito a entrada para as garagens e a Junta de Freguesia reportou à Câmara Municipal e a resposta do município, foi de que, face aos acordos de execução, a entrada para as garagens, deviam der feitas pela Junta de Freguesia. Esteve com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, pessoalmente e disse que era inadmissível, que a Câmara Municipal tivesse dado a uma empresa, de empreitada, para a construção de passeios. A empresa tinha sido alertada para o que tinha a fazer, que era a rampa para as garagens, não o fez. Era lamentável, que a fiscalização da Câmara Municipal, que tinha andado a fiscalizar a obra, tenha deixado passar esta situação, em passeios novos e que agora diga à Junta de Freguesia, que fizessem as rampas. A resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara, era de que ia analisar a situação, a Junta de Freguesia tinha toda a razão e que a culpa, ou estava no Caderno de Encargos elaborado pela Câmara Municipal e não constava a construção de rampas de acesso a garagens, ou então, seria do empreiteiro não ter contemplado a construção de rampas. Aqui, disse, a fiscalização não tinha cumprido o seu papel.

Reconhecia a dificuldade que havia na Freguesia com a ausência de passeios, concretamente na rua Prof. Egas Moniz, Rua 28 de Setembro. Se fizessem passeios de acordo com o regulamento, de 1,5 m por causa das cadeiras de rodas, a rua principal de Vialonga, só poderia ter um sentido e nunca os dois sentidos, como tem. Passaria por ter de demolir uma série de casas, portanto seria impossível.

Estavam a tentar em conjunto, com a Câmara Municipal, resolver estas situações e dizia que as extensões de passeios apresentadas pela bancada do PS, eram extensões muito grandes. Já tinha sido apresentado também o passeio, junto à taberna na Rua Prof. Egas Moniz, em que o passeio de um lado tinha vinte centímetros e do outro lado vinte centímetros, não havia volta a dar, a não ser que a Câmara Municipal comprasse as casas todas, ao longo desta extensão de passeio e as mandasse demolir. Vialonga não tinha sido feita, à época, para o trânsito que tinha hoje. Ainda não tinha proposto a ideia à Câmara Municipal, mas era um assunto a discutir, que seria colocar a rua principal apenas com um sentido e aí seria viável a construção de passeios, mas não seria muito bom, para quem morasse nos extremos da Freguesia e ter de dar a volta para entrar na sua rua.

A Estrada da Alfarrobeira, tinha sido tratada na reunião do Conselho de Segurança, que contactou consigo e com a GNR, tinha sido proposto e como sabiam, à porta da Central de Cervejas, tinha sinais semaforicos, bastava que a Câmara Municipal, dado que era da sua responsabilidade, colocasse uma célula onde sempre que os carros ultrapassassem os cinquenta kms/hora, era aceso o vermelho, iria ajudar e muito que ali o trânsito afrouxasse. Já tinha sido falado, havia cerca de dois meses, na Câmara Municipal, mas ainda não tinha havido qualquer solução. Foi o Sr. Presidente da Junta informado, entretanto pelos eleitos, que essa situação já estava considerada no local referido, dado que tinha sido feita durante o dia. A questão das lombas e passadeiras, em reunião com o Sr. Vice Presidente de Câmara, foi informado de que, face à regulamentação de trânsito, não seria fácil colocar lombas onde havia limites de velocidade. Se o limite da Rua Otávio Pato era 40Kms/hora não seria necessário construir lombas, todas teriam de cumprir o que dizia o regulamento de trânsito, porque a construção da lomba infringia a lei, ela devia ser construída onde não havia limites de velocidade. Acreditava que era um modo de reduzir a velocidade e que se calhar toda a gente iria querer ter uma lomba à sua porta. Também iria fazer um apelo à GNR para também com máquinas fiscalizassem e penalizassem as pessoas que infringissem o código. Iriam ser colocados mais de vinte sinais na Rua Otávio Pato, Quinta da Flamenga, Quinta das Índias e logo que estes fossem colocados, a situação iria tornar-se mais perigosa, na Rua Otávio Pato, porque, quem circulava nesta rua, iria deixar de respeitar os carros que se lhe apresentassem pela direita e esta situação iria criar a apetência para mais velocidade, na via. Achava por isso que devia haver pelo menos duas lombas nesta rua. Disse estar preocupado com o a seguir à colocação dos sinais, porque a situação poderia tornar-se ainda mais perigosa, para a segurança das pessoas, por se tornar numa via rápida, desde o início até ao fim.

Também disse ter recebido um pedido de corte de uma árvore na Rua Damião de Góis, comunicou a situação à Câmara Municipal e esta disse que vinha podar a árvore. Disse reportar igualmente a outra situação, na Rua 25 de Abril. As obras de repavimentação e requalificação da Variante, também já tinham iniciado. Quanto à Praça da Liberdade, todos sabiam que tinha tido noutro mandato, uma reunião com a Sra. Presidente Maria da Luz Rosinha, já tinha tido duas visitas, com o Sr. Presidente Alberto Mesquita e a resposta que lhe iam dando, era que estava em análise, logo que fosse possível, seria dada resposta à situação. Confirmou a reportagem do Mirante, realizada consigo e o carro abandonado, que estava na fotografia, era o que se encontrava no Morgado, junto a uma vivenda, tinha sido seleccionado com o selo da Câmara Municipal para ser rebocado, não compreendia porque não o tinham já levado, mas estava ali havia mais de um ano. Já estava todo desmanchado, porque cada qual levava as peças necessárias, deste modo e por mais algum tempo, até o carro já não estaria lá, porque tinha sido todo desmantelado por peças. Podia ser um problema de tribunal porque se arrastava havia tanto tempo, sem motivo e sem o porquê. Também no início do seu mandato, tinha estado com o Sr. Presidente da Câmara Municipal na rotunda da Granja, ficou de novamente analisar um novo enquadramento, de modo a que as pessoas pudessem atravessar, sem perigo e em segurança, com lombas no final da Variante, cujo processo ainda não tinha avançado.

Relativamente ao problema das pragas de baratas, por não ser da competência da Junta de Freguesia solicitou a desbaratização, aos serviços da Câmara Municipal, que através de empresas especializadas com a aplicação de produtos químicos, os colocou nas caixas de esgotos, estando a ser resolvido. Quanto ao Casal dos Estanques, era uma situação que preocupava todo o Concelho, que seguia com muita preocupação, mas no entanto, informou que talvez houvessem famílias, que pelos seus rendimentos, não necessitavam de viver naquelas condições, havendo a circular viaturas de um valor muito elevado, topo gama, dinheiro esse que, analisando a situação, daria para mudar para uma habitação, portanto teria de ser uma situação a analisar, caso por caso, quando se atribuía uma casa a essas famílias. Relativamente a insalubridade, devido a acumulação de lixos, que era provocada pelas famílias aí residentes, a Câmara Municipal ia recolher o lixo nos contentores, dentro das habitações e porta a porta, não o fazia. Teria de haver por parte dessas famílias, um maior cuidado, regras, pois, disse, não deveria ser só direitos, cumprir com as regras, era importante, sendo difícil implementar os deveres. A falta de habitação não afectava apenas estas famílias em concreto, também afectava outras famílias.

Disse não saber de momento, como estava o processo da Estrada do Túnel, relativamente às negociações entre a Câmara Municipal e o proprietário, na próxima reunião de Câmara iria apresentar o assunto para posterior esclarecimento, na próxima sessão da Assembleia. Sabia que a Câmara Municipal estava a pensar em expropriar alguns metros de terreno, para possibilitar a construção do passeio do túnel para Vialonga, tal como o tinha feito do Túnel para a Póvoa de Santa Iria.

Quanto à escola, tinha sido feito ao longo de muitos anos, um projecto para que esta situação deixasse de acontecer, a Junta de Freguesia não tinha condições para transportar as crianças, da Escola para o Pavilhão e vice versa, era impossível, até porque não tinha viaturas apropriadas. Manifestava a sua preocupação e talvez fosse o último ano que isto pudesse acontecer. Contava que a construção fosse mais célere, para acabar com a situação.

A eleita Sra. Célia Duarte, da bancada do CDS, lembrou a questão sobre o Quiosque na Rua 28 de Setembro.

Disse o Sr. Presidente da Junta que relativamente ao quiosque da Rua 28 de Setembro, que aquele equipamento, em tempos, tinha sido explorado pelo Sr. Sanches, de Santa Eulália, subalugou o quiosque tendo sido transformado numa taberna, criando graves problemas aos moradores, pelo barulho que provocavam, até altas horas da noite, gente embriagada, a provocar distúrbios. Foram abordados pela GNR, a ASAE. Faziam das traseiras dos prédios, a casa de banho. A Junta de Freguesia preferiu dar uma indemnização, de cinco mil euros, pelas obras que tinham sido feitas e preferiu fechar, convidando o Sr. Sanches a sair. A Junta de Freguesia entregou o quiosque à Escola EB 23, para que esta o utilizasse como pequena galeria de ourivesaria e outras exposições. Podiam utilizá-lo, mas não o cederia a ninguém. O dono do café ao lado, pediu para serem guardados no interior do quiosque, os seus chapéus de sol. A Junta de Freguesia aceitou, na condição de que teria de os retirar, se a Escola o utilizasse da forma sugerida. Não iria alugar a ninguém, sob pena de que iria tornar-se complicado, devido ao abuso.

Interveio o eleito Sr. Pedro do Canto, da bancada do PS, para dizer que, ainda em relação ao assunto das festas de Vialonga, os artistas eram escolhidos pela Junta de Freguesia, não estava a colocar isto em causa, mas se escolhia os artistas, teria de estar considerado no Caderno de Encargos. Não era a entidade que fazia a proposta, que escolhia os artistas.

Respondeu o Sr. Presidente da Junta que tinha sido feita uma informação a todos os interessados.

Interveio ainda o eleito Sr. Pedro do Canto, da bancada do PS, para dizer que vissem os procedimentos, porque se quisessem levar de uma forma formal, o que lá estava, figurava uma ilegalidade muito grande

perante a lei, porque uma contratação pública, não podia ser feita desta forma. Relativamente ao apoio às Associações, sabia da existência do regulamento, pois tinham trabalhado nele também, o que esperavam era que e estava no regulamento e tinha a ver com a divulgação deste regulamento, às associações, se teria sido feito, porque não sabia se todas as associações teriam um conhecimento tão claro, do Regulamento.

O Sr. Presidente da Junta disse que era feito todos os anos uma informação a todas as Associações e enviados também, os impressos para as candidaturas.

Interveio o eleito Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, pedindo um esclarecimento, relativamente à Rua Prof. Egas Moniz e à Rua 1º Maio e a forma como era feita a circulação da rotunda do Cabo, ao abrigo dos acordos de execução e ao abrigo dos contratos interadministrativos, que tinham sido assinados, a recriação de passeios, não era directamente responsabilidade da Junta de Freguesia, era responsabilidade da Câmara Municipal, no entanto, não era só isso a que tinha feito referencia, na intervenção anterior, a questão da manutenção dos passeios, não estava mantido nas melhores condições de circulação.

O Sr. Presidente da Junta disse, segundo as fotos apresentadas pelo eleito, que eram alguns de terra batida, nunca tendo havido passeios.

Continuou o eleito Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, a dizer que, embora não parecesse, eram passeios feitos de cimento, já esburacados, entrando já nas responsabilidades da Junta de Freguesia e fazia referencia tanto a este caso, como o caso da Rua Prof. Egas Moniz, em que, em termos de qualidade e podia referir outros casos da Freguesia, em que a manutenção dos passeios, estava descuidada. A junta de Freguesia, passava agora ao abrigo dos novos acordos de execução e dos contratos inter administrativos, até de uma verba superior, em comparação com os antigos contratos, tendo menos competências do que aquilo que tinha, tinha um vigor financeiro diferente para atender a estas questões tinha o Sr. Presidente referido, que no final da Variante, na chegada à rotunda da Granja, iriam ser colocadas lombas, a mesma questão.

O Sr. Presidente da Assembleia sugeriu que estas questões passassem a um esclarecimento adicional do Sr. Presidente da Junta, para juntar aquelas que já tinham sido respondidas e pediu para que o eleito fosse sintético, de modo a dar a devida continuidade aos trabalhos.

Interveio o eleito Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, para dizer que, independentemente às obrigações de segurança rodoviária, havia um problema no atravessamento da Variante e da mesma forma, teria de ser arranjada forma de segurança das pessoas, nos pontos terminais da Variante, com a estrada que passa no interior da Freguesia.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta, para esclarecer a questão das iniciativas nos mercados, dizendo este, que já tinha tido a ideia de convocar todas as pessoas que faziam artesanato e aí fazerem gratuitamente exposições e responderam que não estavam interessados. Devido a esta dificuldade, da falta de interesse a Junta de Freguesia não tinha nada programado, para o interior do mercado, quanto a actividades culturais.

Sobre os passeios e lombas iriam levar à Câmara Municipal, a preocupação levantada na Assembleia de Freguesia, agradecendo que o eleito fizesse chegar à Junta de Freguesia, as fotos dos passeios referidos, para fazer chegar, da sua parte, através de email, ao Sr. Presidente da Câmara, pois não era da responsabilidade da Junta de Freguesia, fazer passeios.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra à eleita Sra. Célia Duarte, da bancada do CDS, que falou sobre a questão levantada com o Sr. Vice Presidente da Câmara Municipal e que este transmitiu, que dentro das localidades, não era permitido colocar lombas. A velocidade dentro das localidades, seria sempre de 50kms/hora, então, porque razão, existia lombas no Quintanilho e na Rua Otávio Pato, estava a existir tanta dificuldade, quando os carros vinham em excesso de velocidade, na sua extensão, que quem saía da Rua Melo Antunes ou de outras ruas, só tinha uma opção, era esperar, para não bater. Ainda mais com a situação que se passaria, depois da colocação da sinalética. Porquê a dualidade existente, questionava.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta, dizendo que, em tempos já passados, foram construídas as lombas, mas que agora, a sua construção era ilegal, não estando em conformidade com a lei. Portanto, se houvesse um acidente e envolvesse companhias de seguro, a Junta de Freguesia, podia ser penalizada, porque naquele local, não devia de haver lombas. Iria pedir ao Sr. Vice Presidente da Câmara Municipal, que emitisse um documento, para apresentar em Assembleia de Freguesia, porque até em reuniões efectuadas em Lisboa, a questão das lombas tinha vindo a ser debatida circulando a informação que havia companhias de seguro, que devido às lombas, se recusavam a pagar aos segurados. Estava a causar discussão e análise, por isso não ser permitido colocar lombas na Variante.

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia passou ao período da Ordem do Dia, informando ter chegado à mesa da Assembleia um pedido de renúncia do mandato do eleito do executivo, Sr. João Nisa e o consequente pedido de inclusão deste ponto na Ordem do Dia, tendo proposto então desta forma, a alteração da seguinte ordem do dia para:

1º - Pedido de renúncia de mandato do eleito do executivo da Junta de Freguesia

2º - Informação da Junta de Freguesia no período de 01.06.2018 a 31.08.2018

3º - 2ª alteração ao orçamento de receitas e despesas de dois mil e dezoito

4º - Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de dois mil e dezoito

Tendo sido aceite, passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para explicar a situação do eleito Sr. João Nisa, que renunciou ao mandato por motivos de trabalho, deslocando-se para a Costa do Marfim com contrato de três anos, sendo incompatível continuar a desenvolver trabalho, na Junta de Freguesia, estando ausente por um período longo. Para dar continuidade ao trabalho, a Junta de Freguesia propôs que o eleito Sr. Jorge Cipriano, na Assembleia de Freguesia, passasse a fazer parte do executivo da Junta de Freguesia.

O Sr. Presidente da Assembleia passou de seguida à distribuição dos votos pelos eleitos e referiu que, de acordo com informação da Sra. Rosário Arez, funcionária Administrativa da Junta de Freguesia, que foi apresentado e aceite o pedido de renúncia do eleito Sr. João Nisa, em reunião de Junta, do passado dia dezoito de Setembro e só depois apresentou a renúncia de mandato, como eleito a esta Assembleia de Freguesia, documento esse que foi enviado a todos os eleitos, tendo sido depositados em urna fechada, após convite a todos para assistir, a mesma foi aberta posteriormente pela mesa da Assembleia e contados os votos, com seguinte resultado: Dois votos em branco, onze votos “Sim”, considerando-se aprovada a substituição.

Desta forma o Sr. Presidente da Assembleia solicitou que o eleito da bancada da CDU, Sr. Jorge Cipriano tomasse o seu lugar na mesa do executivo da Junta de Freguesia.

O Sr. Presidente da Assembleia chamou a Sra. Ana Margarida Penedo, a seguir na lista dos candidatos da CDU, para tomar posse e fazendo o seu juramento, tomou o lugar na bancada da CDU.

O Sr. Presidente da Assembleia, depois da reconstituição da Assembleia de Freguesia, passou então ao segundo ponto da Ordem do Dia, Informação da actividade da Junta de Freguesia, de um de junho de dois mil e dezoito, a trinta e um de agosto de dois mil e dezoito, passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, dizendo que todas as bancadas tinham o documento, mencionando as iniciativas realizadas nesse período, relativamente curto mas que mesmo assim, foram realizadas as Vialonguadas, Vialonga Fest, Festa da Criança, o apoio a diversas festas populares, nomeadamente do Agrupamento 342 e da ABEIV, Concerto de Verão pela Orquestra de Vialonga, as Festas Populares de Vialonga e a exposição patente no Salão Nobre. Tinham sido estas as atividades lúdicas desenvolvidas, neste curto período, bem como a realização de alguns melhoramentos na Freguesia. Colocou-se à disposição das bancadas para as questões habituais.

Interveio o eleito Sr. Pedro do Canto, da bancada do PS, dizendo que tinha a ver com o documento escrito, com trabalhos que foram desenvolvidos no âmbito dos contratos interadministrativos, das áreas verdes. Pegava neste ponto, porque este desconhecimento alastrava-se aos eleitos da Assembleia de Freguesia assim como ao público presente. O que tinha sido falado pelo cidadão, que já tinha saído da sessão, sobre um espaço público da Câmara Municipal, na Fonte do Vale, era um equívoco, porque o espaço da Fonte do Vale estava descentralizado para a Junta de Freguesia, segundo o documento.

O Sr. Presidente da Junta esclareceu que o espaço era da responsabilidade da Câmara Municipal, a desmatação era da responsabilidade da Junta de Freguesia.

O eleito, Sr. Pedro do Canto, da bancada do PS, continuou dizendo que o Sr. Presidente da Junta tinha feito limpezas em áreas e continuava a questionar, de acordo com aquilo que estava nos contratos, para quando é que a Junta de Freguesia transmitia às bancadas, devidamente identificado, através de mapa, as zonas que eram da responsabilidade da Junta de Freguesia, porque esta questão já tinha sido levantada. O Sr. Presidente tinha indicado uma relação e que estava nos contratos interadministrativos, que tinha à sua frente, que tinha uma área de 110.358,63 m², mas que era uma relação que não tinha uma definição clara dos sítios a intervir. Para bom esclarecimento de todos, solicitava na relação, o que competia à Junta de Freguesia e o que estava sobre a competência da Câmara Municipal, para que não se dissesse que estavam a fazer uma intervenção em desfavores de uns e em favores a outros, havia de ser sempre uma intervenção a favor dos cidadãos de Vialonga. Era bom que no mapa estivessem identificados as áreas que eram da intervenção da junta de freguesia.

O Sr. Presidente da Junta disse não ter nenhum problema em enviar para todas as bancadas, o acordo de execução assinada com a Câmara Municipal, que tinha a relação das zonas verdes, da competência da Junta de Freguesia. Tinha ideia que o relatório que tinha, era o mesmo que estava no site da Câmara Municipal, com indicação das ruas e das zonas verdes, mas iria entregar de novo a relação.

Interveio o eleito Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, para fazer um esclarecimento relativo a esta situação, pois o Sr. Presidente da Junta sabia tão bem quanto a bancada do PS, que o acordo de execução e os contratos interadministrativos, não faziam referência explícita, faziam apenas a relação dos m².

Esclareceu o Sr. Presidente da Junta, que também estava referido, as ruas.

Continuou o eleito Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, dizendo que tinha as ruas referidas, mas as áreas verdes em que havia uma confluência de intervenção, quer da Câmara Municipal e se calhar para a bancada da CDU era muito claro, mas para a sua bancada não o era, daí solicitarem esta relação, não sendo tão difícil fazer um mapa, que fosse perceptível, com a área da intervenção da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal. Dizer que remetia para os acordos de execução, ficavam na mesma, aí não era perceptível, se calhar a Junta de Freguesia já teria uma perceção melhor, porque só assim faria cumprir os

acordos de execução e os próprios contratos interadministrativos. Para a sua bancada não era claro. Não sendo claro, teria de arranjar outro método, para se tornar mais claro.

O Sr. Presidente da Junta respondeu que utilizava o método que recebia da Câmara Municipal, outro não tinha e nem tinha condições para criar outro, o que iria fazer, era pegar no relatório, com os nomes das ruas, as localizações e as metragens e partindo do pressuposto, que estavam a lidar com pessoas sérias, pois se a Câmara Municipal lhes indicava que eram “xis” metros, não tinha capacidade para ir analisar se a Câmara Municipal o estava a enganar ou não. Confiava e tinha procedido sempre assim, ao longo dos anos. Nem tinha capacidade financeira, para colocar uma empresa, a fazer medições das zonas verdes. Recordava-se que a princípio, quando assinou os acordos de execução, com a Câmara Municipal, o Sr. Alberto Mesquita, disse na altura, que se havia freguesias que estavam a ser enganadas, pela nova metragem, era a Freguesia de Vialonga, tinha havido uma nova correcção e tinha sido aumentada a verba, porque a metragem não estava correta e a Junta de Freguesia estava a ser prejudicada neste sentido.

Se estava certo agora, não sabia, o que sabia, era que tinha de fazer a desmatação e tinha de pegar nos acordos de execução, onde tinha as ruas e as metragens. Disse basear-se e trabalhava com o documento, que a Câmara Municipal lhe enviava. Era com isso que fazia o trabalho e do conhecimento que tinha das ruas. Explicou a situação das zonas verdes, na urbanização da Quinta da Maranhota e como era antes desta alteração, agora era toda da responsabilidade da Junta de Freguesia. A AUGI da Fonte Santa e se lá fossem ver esta zona, estava uma lástima, tendo deixado de ser da responsabilidade da Junta de Freguesia. Era pena, disse, que não apresentassem propostas, sobre esta situação, a limpeza e a desmatação da Fonte Santa, era toda da responsabilidade da Câmara Municipal, os passeios tinham ervas altíssimas, estavam uma lástima. Até ao ano passado, a responsabilidade era da Junta de Freguesia, esta fazia a desmatação e a limpeza, duas vezes por ano. Ainda o tinham feito no início do ano, daí para cá nunca mais foi feito qualquer trabalho nesse sentido. Também reconheciam que a Câmara Municipal não tinha capacidade de resposta para efectuar a poda das árvores, iria dar a uma empresa. Reafirmou que iria entregar uma cópia exata, daquilo que estava no site da Câmara Municipal, pois não tinha outro e nem capacidade para analisar, ponto por ponto e ver se estava, ou não, enganado.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra à eleita, Sra. Ângela Bordalo, da bancada da CDU, que apresentou os seus cumprimentos e disse que este assunto já vinha de anos atrás. Sabia que os eleitos Srs. Pedro do Canto e Bruno Cordeiro, da bancada do PS, queriam uma relação mais exhaustiva. Provavelmente na mesma rua, poderia haver espaços, que eram da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal. Se a própria Câmara Municipal, não fazia essa discriminação e teria provavelmente mais meios, que a Junta de Freguesia, como é que os eleitos pretendiam, que a Junta de Freguesia, fizesse por si própria, essa discriminação, tiravam a dúvida, se era isso que o PS pretendia, porque no acordo de execução não era feita essa discriminação, portanto tinha que ficar claro, que este relatório não existia. Havia espaços que eram da resposta da Câmara Municipal, outros que eram da responsabilidade da Junta de Freguesia, podiam ser confinantes e não ser na mesma rua. Tinha a limpeza das bermas, da Rua Coronel Lobo da Costa e no Parque Urbano da Flamengo, provavelmente ainda era da responsabilidade da Câmara Municipal, eram espaços confinantes, mas dentro da mesma linha de rua, a Câmara Municipal determinava que não haveria responsabilidades contíguas. Não lhe parecia muito justo, nem congruente, que viessem pedir à Junta de Freguesia, que o fizesse.

O eleito Sr. Pedro do Canto, da bancada do PS, interveio para dizer que, talvez não tivesse ficado muito claro, o que disse. Gostava de ter a relação, não disse que tinha de ser a Junta de Freguesia a fazê-lo. Estava disponível para ajudar a Sr. Presidente da Junta, a pedir esse mapeamento, porque o que estava a dizer, era que estava a defender a Junta de Freguesia, por uma razão, porque se calhar, era como o Sr. Presidente da Junta dizia, estava a limpar áreas que não lhe diziam respeito, tendo em conta os contratos interadministrativos, porque se estiverem verificados no mapa, a relação das metragens, todos percebiam

se estava ou não correto. Tinha dúvidas se havia áreas, que, cuja metragem, correspondia à metragem das ruas. Era importante ter o mapa e devia pressionar a Câmara Municipal, para que ficasse clara esta situação, para que, também quando falavam de áreas de manutenção e limpeza, soubessem de quem era a responsabilidade. Estava aqui a defender a própria Junta de Freguesia, para que não fizesse limpezas e não gastasse recursos, que estivessem para além, do que estavam nos contratos interadministrativos.

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia passou ao terceiro ponto da Ordem do Dia, 2ª Alteração ao Orçamento de Receitas e Despesas de dois mil e dezoito, passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta, que disse ser uma situação, fruto dos acordos de execução, pois era o dinheiro que a Junta de Freguesia ia receber a mais, do que nos acordos anteriores. Durante seis meses iriam receber uma verba de vinte e sete mil e quarenta e cinco euros, verba esta, que já não estava correta, porque a Câmara Municipal tinha descentralizado para a Junta de Freguesia, a recolha dos monos e estavam a receber uma verba mensal de cerca de mil e poucos euros, para fazer a recolha de monos, mas nunca o tinha feito, porque a Câmara Municipal, ainda não tinha até à data presente, arranjado alternativas, para ser as Juntas de Freguesia a fazer esse trabalho. Tinha recebido uma notificação do Sr. Presidente da Câmara Municipal dizendo que, dado que até à presente data, a Câmara Municipal continuava a assegurar este serviço, as Juntas de Freguesia deveriam ressarcir a Câmara Municipal, do dinheiro que receberam a mais. Disse estar correto, dado que o trabalho estava a ser feito pela Câmara Municipal. Portanto, agora estava a descontar o dinheiro que esta tinha enviado para a Junta de Freguesia mas quando este relatório tinha sido feito, esta verba estava considerada e era este o valor que vigorava, a próxima estaria correta.

Não havendo intervenções das bancadas, o Sr. Presidente da Assembleia, colocou o terceiro ponto da ordem do dia, à votação, tendo sido aprovado por maioria, com uma abstenção e doze votos a favor.

O Sr. Presidente da Assembleia deu entrada do quarto ponto da ordem do dia, alteração ao Mapa de Pessoal do ano de dois mil e dezoito, passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta, para dizer que se tratava de uma rectificação, pois quando fizeram o orçamento, em dezembro de dois mil e dezassete, tinham concluído a introdução de quatro trabalhadores, a termo certo. Com a descentralização de competências e que até à data desconheciam, tinha havido uma grande área, que tinha passado para a Junta de Freguesia de Vialonga, a área de jardinagem e desmatação, toda esta zona aumentou significativamente. Teriam de, a partir de janeiro do próximo ano, abrir concurso para incluir seis trabalhadores, a termo certo, este contrato tinha a vigência de três anos, terminava com o mandato do presente executivo, o novo executivo que teria com o Sr. Presidente da Câmara, diria se queria manter os trabalhadores, se fizesse outro contrato. Portanto, o seu objectivo era, para cumprir o rácio das tarefas, que tinham que desenvolver e teriam de fazer e já tinha sido focado alguns aspectos, relativamente a Freguesia, que precisavam de melhor atenção. Era neste sentido que pretendia alargar o quadro de pessoal, embora os trabalhadores não fossem do quadro e estivessem a termo certo. Já tinha quatro, agora aumentava para mais dois.

Interveio o eleito Sr. Pedro do Canto, da bancada do PS, para dizer que não estava contra a integração de pessoas, esta questão de serem contratos a termo certo, fazia todo o sentido, porque era algo que não sabiam se tinha continuidade, que permitia que as pessoas fossem remuneradas pelo seu trabalho, numa tarefa. Na altura, com a introdução das pessoas directamente no quadro, não estavam muito a favor disso, pelo que já tinha referido, pela estrutura de despesa, que era fixa, com a questão de ser a termo e ser durante o mandato e para o efeito das transferências de competências, estavam plenamente de acordo, que fosse feito dessa forma.

Interveio a eleita Sra. Ângela Bordalo, da bancada da CDU, disse que importava referir que a última integração não tinha sido feita pelo mesmo motivo que agora. Havia tarefas que tinham de ser feitas do ponto de vista diário, e iriam ser feitos sempre e o quadro de trabalhadores da Junta de Freguesia era um

quadro envelhecido, com algumas saídas, as duas pessoas que iam entrar não iriam resolver todos os problemas, estes também não ficaram resolvidos com os outros quatro, que entraram. A Freguesia tinha uma área geográfica enorme, as pessoas todos os dias se queixavam, que a limpeza estava por fazer, a capacidade de resposta na manutenção de passeios, também podia não ser a suficiente, porque o trabalho era muito, para o pessoal que a Junta de Freguesia possuía. Tinha a lógica que era, que tinha a ver directamente com uma descentralização, que agora vinha para a Junta de Freguesia, cuja área aumentou. Não podia prender o executivo que seguisse, desta decisão, era uma lógica, mas estas duas pessoas certamente fariam falta, para outras tarefas quaisquer.

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia colocou o quarto ponto da ordem do dia à votação tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

Não havendo mais questões, o Sr. Presidente da Assembleia, passou à leitura da ata em minuta, a qual foi lida pelo segundo Secretário, Sr. Paulo Nogueira, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos, desejando a continuação de uma boa noite, dando por encerrada a sessão da Assembleia de Freguesia, cerca das vinte e quatro horas.

A Mesa da Assembleia de Freguesia:

O Presidente da Assembleia –

O 1º Secretário da Assembleia –

A 2ª Secretária da Assembleia –